

## **BIBLIOTECA PRISIONAL E A LEITURA NOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Amabile Costa<sup>1</sup>  
Camila Monteiro de Barros<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho enfatiza o papel das bibliotecas prisionais na mediação da leitura e da informação. Essas bibliotecas são unidades que disponibilizam às pessoas privadas de liberdade o acesso à informação e, conseqüentemente, dão suporte ao desenvolvimento humano e à geração de conhecimentos que podem proporcionar a conscientização tanto dos reeducandos quanto da comunidade carcerária como um todo a respeito de aspectos sociais, religiosos, pessoais, culturais, literários, entre outros. Evidencia, também, a atuação dos bibliotecários no âmbito dos espaços de privação de liberdade, apresentando os papéis das bibliotecas prisionais, bem como sua competência. Conclui que a democratização do acesso à informação nos espaços de privação de liberdade é tema relevante e papel inerente às bibliotecas prisionais. Também aponta que as diretrizes a serem seguidas por esse tipo de biblioteca, como serviços e desenvolvimento de coleções, são diferentes daquelas seguidas por outras unidades e informação, dadas as características do contexto em que atua.

**Palavras-chave:** Biblioteca prisional. Leitura. Espaços de privação de liberdade. Cárcere.

### **1 INTRODUÇÃO**

A leitura é vital para a sobrevivência, o subterfúgio e o enriquecimento mental dentro dos espaços de privação de liberdade, visto que os reeducandos passam um determinado tempo cumprindo sua pena dentro de uma cela (CLARK; MACCREAIGH, 2006). Evidencia-se que a “prática educativa é um ato político [...] a curiosidade não é gratuita, a curiosidade não é neutra” (PELANDRÉ, 2009, p. 48). Sendo assim, a ação de disponibilizar informações e suprir as necessidades dos reeducandos - ou ao menos parte delas, está envolta na decisão de possibilitar o

---

<sup>1</sup> Graduada em Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E mail: amabilecosta.m@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E mail: camila.c.m.b@ufsc.br



acesso a um acervo constituído por uma política de desenvolvimento de coleção. Essa ação está respaldada na Lei de Execução Penal (LEP) nº 7210/84, quando no artigo 21 da seção de assistência educacional, ressalta que “em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (BRASIL, 1984, p. 3).

Conforme dados apresentados pelo Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) em 2018, a maioria da população carcerária possui o ensino fundamental completo (CNJ, 2018, p. 54). Mas, em conformidade com Pelandré (2009, p. 92-94) “[...] não há limite de idade para uma pessoa aprender a ler”, a alfabetização influencia a construção do conhecimento das pessoas, conseqüentemente “as pessoas não escolarizadas não têm a oportunidade de receber instruções sobre diferentes áreas do conhecimento humano e sobre formas de aquisição de informações” (PELANDRÉ, 2009, p. 92). Neste sentido, para leitores iniciantes existe a “predominância das experiências, o pré-conceito, a vivência, dos quais a pessoa não se desprende, a não ser quando tem consciência e sabe fazer uso das pistas contidas no entorno do escrito que está sendo lido” (PELANDRÉ, 2009, p. 93).

A prática da leitura, que no contexto administrativo prisional está ligada principalmente às ações educativas, pode fornecer elementos para a ampliação do pensamento e da própria relação do reeducando com a realidade a sua volta. Entretanto, essa perspectiva deve ser traçada em consonância com a efetiva situação de cada ambiente prisional, considerando não só os reeducandos, mas toda a comunidade carcerária (funcionários, familiares, comunidade externa, estrutura do sistema penal) e as políticas que regem esses espaços. Para entender a necessidade informacional e o conhecimento buscado pela comunidade que a biblioteca atenderá, é preciso entender as condições de vida presentes nessas ambiências. Portanto, é fundamental saber as “condições objetivas, como salário, o emprego, a moradia” e também as “condições subjetivas, como a história de cada grupo, suas lutas, organização, conhecimento, habilidades, enfim, sua cultura” (PELANDRÉ, 2009, p.17).



No contexto em que a sociedade está inserida, a informação “tem um papel relevante e crucial no processo de construção do conhecimento. Isso torna necessário ao [sujeito informacional] organizar sua vida a partir do tipo de informação a que tem acesso” (MALAQUIAS, 1999, p. 14-15). Neste sentido, a biblioteca prisional atua como agente de disseminação e mediação da informação disponibilizada à comunidade carcerária, de modo a conscientizar a "condição [dos reeducandos] de ser no mundo e configurar um conceito de cidadania” (MALAQUIAS, 1999, p. 15). Dessa forma, potencializam-se as questões referentes à cidadania e à sociabilidade a partir do momento em que materiais são disponibilizados nos acervos dessas unidades.

A escolha desta temática está voltada para as experiências vivenciadas por uma das autoras em sua graduação no Programa “Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade”, bem como a realização de seu estágio curricular obrigatório na biblioteca da Penitenciária de Florianópolis. Como resultado dessa experiência, desenvolvemos o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo” orientado pela Professora Doutora Daniella Camara Pizarro. Outro desdobramento desta experiência é a pesquisa em andamento no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC) sob orientação da Professora Doutora Camila Monteiro de Barros. Este artigo faz parte de uma das seções apresentadas na dissertação que tem como temática principal a constituição do acervo da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis.

O objetivo do presente artigo é mostrar não somente a importância das bibliotecas nos ambientes prisionais, mas, também, enfatizar a leitura dentro dos espaços de privação de liberdade.

## **2 ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NAS BIBLIOTECAS PRISIONAIS**

As bibliotecas prisionais possuem diversos papéis como centro de materiais de leitura popular, centro de aprendizado independente, entre outros. Para a realização das prestações de serviços em cada situação específica é necessária a



presença de um bibliotecário dentro do sistema prisional. Ressalta-se que o cargo de bibliotecário não está instituído no sistema prisional brasileiro, portanto, faz-se necessário a regulamentação da profissão dentro do cárcere. Em relação a atuação do bibliotecário, dentro dessas ambiências, Costa et al. (2016, p. 880) reconhece que o mesmo possui uma “função social, pois sua base está arraigada nos preceitos de humanidade, tal como roga o próprio juramento do bibliotecário”. Além disso, os bibliotecários dispõem da “obrigação de prestar serviços a todos os membros da sociedade, independentemente de suas circunstâncias pessoais” (CONRAD, 2012, p. 410, tradução nossa<sup>3</sup>). Nas bibliotecas prisionais norte-americanas, por exemplo, os bibliotecários recebem treinamento, regularmente, relacionados à tecnologia da informação, biblioteca e suas habilidades e questões que envolvam as prisões em si (LEHMANN, 2000).

É perceptível, entretanto, por meio das pesquisas e publicações científicas, que possivelmente a maioria das bibliotecas prisionais que estão instituídas no Brasil não conta com a presença de bibliotecário, como mostra uma das pesquisas realizadas por Costa et al. (2016), com as penitenciárias do Estado de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário enviado a todas as sete penitenciárias que compunham o sistema carcerário do Estado. Dessas, cinco responderam com informações relacionadas à presença ou não de biblioteca e bibliotecário na unidade e sobre a remição de pena pela leitura. Quatro das cinco penitenciárias possuíam bibliotecas e uma estava em construção. Dos cinco estabelecimentos, nenhum contava com bibliotecário. Portanto, os locais destinados para as bibliotecas estão presentes na maioria das instituições, mas o cargo de bibliotecário está ausente, conseqüentemente estão também ausentes as diretrizes para o desenvolvimento de coleção (CARVALHO; CARVALHO, 2017; SANTANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015).

Algumas atividades específicas decorrentes da competência atribuída aos bibliotecários em cursos de graduação que atuam/atuarão nos espaços de privação de liberdade não são passíveis de serem realizadas, como por exemplo o planejamento do ambiente físico, já que o sistema prisional preza primeiro pela

<sup>3</sup> Texto original: “the obligation to provide services to all members of society, regardless of their personal circumstances” (CONRAD, 2012, p. 410).



segurança da comunidade e não pela comodidade ou pelo acondicionamento do material da biblioteca. Em função desse princípio da segurança, certos conteúdos, formatos de materiais e condutas acabam por não serem compatíveis com a biblioteca prisional, o que pode limitar a atuação do bibliotecário ou, no mínimo, exigir importantes adequações dos serviços. Também vale ressaltar que os cursos de graduação em Biblioteconomia não abordam obrigatoriamente em sua matriz curricular as temáticas voltadas para as bibliotecas nessas ambiências. Os bibliotecários que estão nos sistemas de privação de liberdade têm várias características e papéis, mas acima de tudo, desempenham o papel de educador, pois têm a possibilidade de incentivar e motivar os reeducandos à leitura dos materiais disponibilizados nesses espaços, além de frequentemente terem a missão de trabalhar em consonância com os projetos educativos (como educação de jovens e adultos) (SANTANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015).

Com base no livro de Clark e MacCraigh (2006) evidenciamos as responsabilidades do bibliotecário que atuarão/atuam em bibliotecas prisionais e dos possíveis, estudantes de biblioteconomia, que têm interesse na temática. Um dos pontos apresentados no livro são os cinco tipos e características de bibliotecários que exercerão suas funções dentro dos espaços de privação de liberdade, os aspectos apresentados pelas autoras foram baseados nas bibliotecas prisionais dos Estados Unidos da América (EUA):

- Bibliotecário exterminador (*terminator*), é aquele que não acredita no direito dos reeducandos, exclui as atividades recreativas; sua coleção é esquelética, a maioria dos seus materiais são por meio de doação, não conta com seleção das obras, predominância por livros de autoajuda e religião;
- Bibliotecário beato (*church lady*), desconfia dos reeducandos, mas tem a consciência de cada um dos direitos disponibilizados aos mesmos. Sua coleção é influenciada pela moral desse profissional que é parecida com a do bibliotecário exterminador;
- Bibliotecário realista (*realist*), reconhece o direito e o dever dos leitores, entende que não adianta usar sua moral para a composição do acervo. Sua coleção conta com autores e gêneros populares;

- Bibliotecário que agrada (*people pleaser*), poderá ser manipulado pela população carcerária, irá realizar a solicitação que aparecer, é considerado amigo de todos e assim coloca-se em risco;
- Bibliotecário cruzado (*crusader*), está sempre tentando conseguir o apoio da administração da instituição, pensa na relação entre bibliotecários e oficiais e atual pela vertente social (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

Pressupõe-se que a classificação apresentada onde expõe como o bibliotecário age dentro do estabelecimento prisionais, é uma ironia em relação aos estigmas designados aos bibliotecários que atuam nos ambientes prisionais. Além disso, é provável que os bibliotecários exerçam suas funções sozinhos dentro dessas ambiências, ou seja, avaliam as necessidades informacionais, compra de material, processamento técnico, desbastamento, serviço de referência, entre outros. Portanto, os profissionais ali presentes necessitam de habilidades biblioteconômicas e estabelecem a ordem das funções a partir do calendário pré-estabelecido pelo espaço de privação de liberdade, levando em consideração que as ações demoram um pouco mais por conta da demanda que uma unidade prisional dispõem (CLARK; MACCREAICH, 2006)

Presumimos que os bibliotecários que atuam nessas ambiências necessitam de a) treinamento de segurança, para que entendam a estrutura da instituição; b) não expor seus julgamentos e sentimentos em relação a determinada situação; c) tentar ser o mais neutro possível para realizar a compra do acervo e a disseminação da informação; d) não privilegiar informações a determinados reeducandos. Ademais, precisa catalogar, trabalhar no serviço de referência, circulação e ser coordenador de programas e projetos instituído na unidade que envolva a biblioteca (MARK, 2005).

### **3 BIBLIOTECAS PRISIONAIS E A LEITURA DENTRO DOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

O ato de privar a pessoa da sua liberdade apresenta a “[...] ideia de que a infração lesou, mais além da vítima, a sociedade inteira” (FOUCAULT, 2014, p. 224).



A prisão é uma ferramenta para a "correção" das pessoas que infringiram alguma lei de um determinado lugar.

Além de auxiliar o reeducando a entender os valores, experiências e ideais que constituem a realidade fora da prisão, Makinen (1993, p. 118, tradução nossa<sup>4</sup>) afirma que “a cultura literária, a leitura e a poesia poderiam ser o último vislumbre de luz para manter uma pessoa viva e sadia”.

Por esse ângulo, entendemos que as práticas informacionais “não podem ser compreendidas desconexas da realidade social nem do contexto social do modo de produção, no qual se inserem categorias econômicas, culturais, políticas e ideológicas” (MALAQUIAS, 1999, p. 18), ou seja, é necessário visualizar a ambiência que as pessoas estão inseridas. No caso dos estabelecimentos prisionais, que é o universo desta pesquisa, essa visualização da ambiência é atentar-se a qual tipo de unidade o reeducando reside, quanto tempo e qual regime o mesmo foi condenado, traçar o perfil do detento investigando: qual seu nível de escolaridade, quais conteúdos e por quais meios chegam a ele, quais gêneros literários ele costuma ler, quais suas atividades, se ele está estudando, quais suas origens e contexto histórico, entre outros. Esses aspectos poderão ser pesquisados para verificar quais são as necessidades informacionais dos leitores e assim, direcionar a recuperação da informação.

Neste contexto, temos a mediação da informação nos espaços de privação de liberdade proporcionando o acesso a dados que poderão auxiliar na conscientização dos direitos, deveres do reeducando em relação ao viés político, econômico, social, educacional, entre outros. Além de servir como ferramenta para o processo de transmissão do conhecimento, tanto em relação a criticidade, quanto a alienação (MALAQUIAS, 1999).

Ressalta-se que o problema relacionado à educação brasileira, envolvendo a mediação da informação e a leitura, não é somente a criação de cursos para suprir a demanda educacional, mas é “preciso motivar as pessoas, possibilitar alternativas de trabalho, dar condições para a continuidade dos estudos a propiciar, aos

---

<sup>4</sup> Texto original: “literary culture, reading and poetry could be the last glimmer of light to keep one alive and healthy” (MAKINEN, 1993, p. 118)



trabalhadores, salários dignos para que as famílias mantenham as crianças e os jovens na escola” (PELANDRÉ, 2009, p. 181).

#### **4 CONSIDERAÇÃO FINAIS**

A informação poderá servir como ferramenta para o processo de transmissão do conhecimento tanto em relação à criticidade, quanto à alienação, dependendo da forma como a informação é disponibilizada.

A realidade das bibliotecas prisionais parece ser substancialmente diferente da realidade de outras bibliotecas, conforme apontado pelos autores apresentados. Um dos pontos que se pode evidenciar é que alguns estabelecimentos prisionais não contam com bibliotecas em prédios centrais, assim, a logística de transporte dos reeducandos até a unidade pode cercear o acesso ao acervo, além disso, também podem haver as guerras declaradas entre facções, sendo que facções rivais não podem entrar em contato. Essa característica das questões de segurança dos ambientes prisionais são bem específicas desses ambientes e têm impacto direto no serviço das bibliotecas. Além disso, acredita-se que as formações propostas pelos cursos de biblioteconomia não abarca as bibliotecas prisionais, portanto, os bibliotecários não estão conscientes do que são as bibliotecas nos espaços de privação de liberdade, como funcionam, quais são suas peculiaridades.

Essa breve reflexão também mostra que o papel da leitura dentro das bibliotecas prisionais vai além do puro contato com o texto e, apesar de estar profundamente ligada às ações educacionais, a biblioteca tem uma responsabilidade social no desenvolvimento do cidadão que se prepara para retornar à sociedade.

Nesse contexto, ressalta-se que democratizar a informação é prioridade, visto que, a biblioteca prisional é um dos poucos canais de acesso à informação. Essa noção de democratização está presente nas discussões biblioteconômicas, já que é uma das funções sociais dos bibliotecários, no entanto, parece ainda estar muito aquém da profundidade necessária para a real atuação nos espaços prisionais.

As reflexões deste artigo ainda estão em estágio inicial, todavia, acreditamos ter atingido o objetivo de caracterizar as bibliotecas prisionais como mediadoras da informação, conhecimento e leitura.





## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. 130 p.

BRASIL. [Lei Federal (1984)]. **Lei Nº 7.210, de 11 de Julho de 1984**. Brasília: Presidência da República, 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em: 18 maio 2018.

CARVALHO, Cristina de; CARVALHO, Marcelo Dias de. Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.136-163, jan. 2017. Disponível em: <<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/60>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CNJ. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões 2.0**. Brasília: CNJ, 2018. 100 p. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CONRAD, Suzanne. Collection Development and Circulation Policies in Prison Libraries: An Exploratory Survey of Librarians in US Correctional Institutions. **The Library Quarterly**, [S.l.], v. 82, n. 4, p. 407–427, out. 2012. Acesso em: 12 set. 2018.

COSTA, Amabile et al. Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 21, n. 3, p.874-886, nov. 2016. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1256/pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

CLARK, Sheila; MACCREAIGH, Erica. **Library services to the incarcerated: applying the public, library model in correctional and facility libraries**. Estados Unidos da América: Libraries Unlimited, 2006. 246 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LEHMANN, Vibeke. Prison Librarians Needed: A Challenging Career for Those with the Right Professional and Human Skills. **IFLA: journal**, Escócia, v. 26, n. 2, p.123-128, abr. 2000. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/034003520002600208?journalCode=iflb>>. Acesso em: 12 set. 2018.

MALAQUIAS, Josinaldo José Fernandes. **Informação e Cidadania na Penitenciária e Presídio do Roger**. 1999. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999. Disponível



em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11660>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MAKINEN, Ilkka. Libraries in hell: cultural activities in Soviet prisons and labor camps from the 1930s to the 1950s. **Libraries and Culture**, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 117–142, abr. 1993.

MARK, Amy. E. Libraries Without Walls. **Behavioral & Social Sciences Librarian**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 97–111. 2005.

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. **Ensinar e aprender com Paulo Freire: 40 horas 40 anos depois**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009. 218 p.

SANTANNA, Jorge; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: um estudo teórico das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p.67-85, jan. 2015. Disponível em: <[https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/984/pdf\\_111](https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/984/pdf_111)>. Acesso em: 04 jul. 2018.

